

# BALANÇO DA FENAJUFE

1. A classe trabalhadora brasileira passa por um dos mais duros ataques que já sofreu, com uma ofensiva sem precedentes contra seus direitos. No funcionalismo público, Michel Temer, apesar de toda ilegitimidade, de pífios 3% de popularidade e dos inúmeros escândalos de corrupção, busca implementar um grande projeto de contrarreforma do Estado e de privatização dos serviços públicos, iniciado a partir do congelamento de gastos públicos por vinte anos, previsto na EC 95/16. O Poder Judiciário não fica imune a essa ofensiva. O desmonte se expressa das mais diferentes formas: ataques à Justiça do Trabalho, cortes orçamentários, avanço da terceirização, extinção de zonas eleitorais, retirada dos quintos, reestruturações com precarização das condições de trabalho.

2. Apesar dessa conjuntura, a Fenajufe, entidade que tem a obrigação de organizar a resistência da categoria em nível nacional, segue absolutamente paralisada. A construção da mobilização e de iniciativas de valorização e preservação de direitos dos trabalhadores do PJU tem ficado em segundo plano. A direção majoritária da entidade tem priorizado as disputas burocráticas de espaço, recorrendo inclusive a métodos desleais e arbitrários como forma de atacar os demais setores.

3. Pouco depois da eleição da nova diretoria no Congrejufe de Florianópolis, conformou-se o novo “campo majoritário” da direção, reunindo os coletivos CUT, Liberta Fenajufe e Fenajufe Sem Correntes. Ainda que haja coerência nesse movimento, não deixa de ser curioso que o setor responsável pelo boicote público e até sabotagem da greve que buscava a derrubada do veto de Dilma ao PLC 28 (CUT) tenha construído aliança com coletivos com um ideário nitidamente anti-sindical e inclusive compostos por lideranças e dirigentes que chegaram a furar aquela que foi a maior greve da história da categoria, realizada em 2015.

4. Não obstante o desafio prioritário de construir a resistência contra a retirada de direitos e precarização das condições de trabalho, não foram poucas as reuniões de direção, plenárias ou ampliadas em que o campo majoritário priorizou iniciativas de ataque aos demais grupos políticos organizados na categoria, visando a disputa burocrática do aparato sindical. Como exemplos dessa política desastrosa e sectária, tivemos as diversas tentativas de impedir o rodízio democrático entre dirigentes titulares e suplentes dos demais coletivos, incidente em que se destacou áudio de um dos dirigentes do campo CUTista sustentando sua posição com base nas preferências da então Direção-Geral do STF para a diretoria da Fenajufe, permitindo a nítida ingerência da cúpula do Judiciário em nossa mais importante entidade sindical de nível nacional.

5. Mais recentemente, os mesmos coletivos protagonizaram um dos mais lamentáveis episódios da história da Federação, aprovando em reunião ampliada proposta extemporânea, que não constava da pauta, sem base no estatuto da entidade, para afastar sumariamente um dirigente legitimamente eleito no congresso da categoria. O grave precedente foi consumado apenas em torno das 22 horas, quatro horas após o horário previsto para o término da reunião e quando várias delegações já haviam embarcado para seus estados de origem. Um ataque à democracia interna, um golpe sem precedentes em 20 anos de história da Fenajufe, buscando forjar uma maioria ilegítima e tomar de assalto a

entidade e, de quebra, atender aos interesses particulares de setores na disputa pela direção do Sindjus-DF, comandado pelo coletivo “Fenajufe Sem Correntes”. A medida foi anulada há poucos dias por decisão judicial, reconhecendo a irregularidade e ilegalidade do encaminhamento.

6. É lamentável que no período de maior dificuldade da categoria em vários anos, nossa entidade nacional se mostre incapaz de dirigir a luta dos trabalhadores do PJU e MPU em todo país. No momento de maior necessidade de unidade, é o sectarismo e a fragmentação que conduzem a atuação da Fenajufe.

7. Os reflexos dessa política não se limitam, infelizmente, à disputa de espaço com os demais coletivos que compõem a diretoria: assistimos a uma onda crescente de tentativas de criação de sindicatos por cargos e segmentos, como oficiais de justiça e analistas judiciários. Não há dúvida do prejuízo que o divisionismo pode trazer à categoria em médio e longo prazo, e a resposta a esse problema só pode nascer do diálogo e da produção de política voltada à construção da unificação das demandas em torno de uma luta comum: em lugar disso, contudo, lideranças do campo majoritário dedicam-se a atacar determinados segmentos e, paradoxalmente, apostam na convocação de diversas atividades específicas dos cargos que compõem a carreira dos servidores do PJU e MPU.

8. A Fenajufe precisa, urgentemente, reorientar sua atuação para que esteja voltada aos interesses mais imediatos e concretos da categoria: resistir à Reforma da Previdência, ataques à estabilidade e demais medidas que buscam retirar direitos, enfrentar o desmonte do PJU levado a cabo pela cúpula do Judiciário e, inclusive, retomar a luta pelas demandas históricas da categoria como a data-base, política salarial e reajuste dos benefícios.

9. Nada disso será feito com divisionismo, negligenciando a construção da mobilização, priorizando a disputa burocrática ou apostando em pautas segmentárias, mas apenas com respeito às divergências, foco na organização da luta e da resistência com a necessária unidade não apenas entre nós, mas ao lado de todas as demais categorias da classe trabalhadora.

Cristiano Bernardino Moreira - COLETIVO LUTA FENAJUFE